



**Cargo 1 - Analista Judiciário**  
**Área: Judiciária**



**Instruções Gerais**

**Prova B**

**Caro Candidato:**

Leia com atenção e cumpra rigorosamente as seguintes instruções. Elas são parte da prova e das normas que regem este Concurso Público.

1. O Caderno de Questões contém **60 questões objetivas** a serem respondidas e **uma Prova Discursiva** a ser desenvolvida. Recebido da fiscalização da sala, você deve conferi-lo, verificando se está completo. Caso contrário, deve solicitar a sua substituição.
2. As instruções para a Prova Discursiva estão na página 13.
3. O Caderno de Questões pode ser usado livremente para fazer rascunhos (cálculos, desenhos etc.), a fim de concluir pelas respostas às questões formuladas.
4. O tempo de duração desta prova é de **4 horas e 30 minutos (4h 30 min)**, incluída a leitura da instruções e o preenchimento do cartão de leitura óptica (cartão de respostas).
5. Não será permitida a saída definitiva do candidato da sala antes de transcorrida uma (1) hora do início da prova.
6. Cada questão oferece **5 alternativas de resposta representadas pelas letras a, b, c, d e e, sendo somente uma correspondente à resposta correta**.
7. Iniciada a prova, é vedado formular perguntas, pois o entendimento das questões é parte integrante da mesma.
8. Não é permitido comunicar-se com outro candidato ou socorrer-se de consultas a livros, anotações, agendas eletrônicas, gravadores, usar máquina calculadora, telefone celular e/ou similares ou qualquer instrumento receptor/transmissor de mensagens.
9. No **CARTÃO DE LEITURA ÓPTICA PERSONALIZADO (CARTÃO DE RESPOSTAS)**, você deve preencher totalmente apenas **uma alternativa (a, b, c, d, e) de cada questão, com caneta de ponta grossa azul ou preta, suficientemente pressionada**, conforme instrução contida no cartão.
10. Ao final da prova, você deve devolver à fiscalização da sala o **CARTÃO DE RESPOSTAS devidamente assinado**, sem amassá-lo ou dobrá-lo, **porquanto ele é insubstituível**. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até a entrega do Cartão de Respostas pelo último candidato.
11. **É importante que o candidato na devolução do seu Cartão de Respostas e de sua Folha de Prova Discursiva, ao final da sua prova, assine a listagem que atestará a entrega do mesmo.**
12. A questão não assinalada ou assinalada com mais de uma alternativa, emendada, rasurada, borrada, ou que vier com outra assinalação que não a prevista no item 9, **é nula**.
13. O Gabarito Preliminar da prova será divulgado no site [www.conesul.org](http://www.conesul.org) em até cinco dias úteis.

**BOA PROVA!**



# Conhecimentos Básicos

Este texto pode ser visto como um pequeno manual de trabalho para ativistas sociais, candidatos, advogados, juízes, promotores, cidadãos e cidadãs em geral.

Ele \_\_\_\_\_ informações preciosas sobre a breve história da Lei 9.840, que trouxe para o nosso Direito normas que permitem a cassação de candidatos envolvidos em atos de compra de votos e uso eleitoral da máquina administrativa.

Aos eleitores que tenham acesso a este trabalho aconselhamos que formem grupos para seu estudo. Uma dica seria ler cada capítulo coletivamente, cada um lendo um parágrafo, por exemplo, estabelecendo um debate a partir das perguntas contidas ao final de cada parte e de outras formuladas espontaneamente pelos participantes.

Para os candidatos, esse manual pode atuar como fonte de estímulo \_\_\_\_\_ campanhas desenvolvidas dentro de preceitos éticos e como alerta contra a prática da corrupção eleitoral. Mas também serve para ressaltar a importância de que suas assessorias sejam orientadas para o conhecimento dessa lei que tanto tem provocado cassações, muitas vezes por falta de compreensão do seu conteúdo. Além disso, pode chamar a atenção para a possibilidade de utilização de instrumentos legais aptos para fazer cessar atos de campanha de adversários que optem por infringir \_\_\_\_\_ legislação eleitoral.

Para juízes, promotores e advogados eleitorais este texto pode contribuir para que compreendam um pouco mais a origem e a vocação social, ética e cultural da Lei 9.840. Trata-se do nosso único instrumento legal verdadeiramente gestado “nas ruas”, fruto da informalidade das amplas massas populares contra essa chaga que ainda acompanha o processo eleitoral: a compra de votos. Mas também indica que a sociedade está atenta e vigilante para que os casos de corrupção eleitoral chegados \_\_\_\_\_ Justiça não fiquem impunes.

Para a sociedade civil organizada, segue aqui um roteiro de como articular as redes de entidades e movimentos sociais denominadas COMITÊS 9.840, as quais podem influir e muito na construção de eleições cada vez mais limpas.

Se há uma mensagem principal neste trabalho, ela poderia ser resumida no lema do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral: “Voto não tem preço, tem consequências”. Aqui se procura fortalecer essa consciência, convocando a todos e todas para que assumamos dentro do limite das nossas atividades tudo que esteja a nosso alcance para que possamos superar formas tão aviltantes de mudança ilegítima do resultado dos pleitos eleitorais.

**Cartilha Cidadania e Eleições:** para um processo eleitoral limpo e justo. Publicação do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) – Lei 9.840.

1. Assinale a alternativa que completa **correta** e respectivamente as lacunas do texto.
  - a) contém – às – a – à
  - b) contem – às – a – à
  - c) contém – às – a – à
  - d) contém – às – à – à
  - e) contem – às – a – à
2. Pelas características que apresenta, o texto é
  - a) um relatório.
  - b) uma notícia.
  - c) a apresentação de uma publicação.
  - d) uma dissertação argumentativa.
  - e) uma descrição objetiva.
3. Assinale a alternativa em que a palavra destacada **não** seja um pronome relativo.
  - a) **que** trouxe para o nosso Direito normas (2º parágrafo)
  - b) **que** permitem a cassação de candidatos envolvidos em atos de compra de votos e uso eleitoral da máquina administrativa. (2º parágrafo)
  - c) **que** tenham acesso a este trabalho (3º parágrafo)
  - d) **que** formem grupos para seu estudo. (3º parágrafo)
  - e) **que** tanto tem provocado cassações. (4º parágrafo)
4. Se, no 2º período do 5º parágrafo, substituirmos “único instrumento” por “instrumentos”, quantas outras modificações serão necessárias no período para ajustes de concordância?
  - a) Três.
  - b) Cinco.
  - c) Seis.
  - d) Sete.
  - e) Oito.
5. Assinale a alternativa em que **não** haja uma oração reduzida de infinitivo.
  - a) “Este texto pode ser visto como um pequeno manual de trabalho para ativistas sociais, candidatos, advogados, juízes, promotores, cidadãos e cidadãs em geral.”
  - b) “Uma dica seria ler cada capítulo coletivamente”
  - c) “para ressaltar a importância de que suas assessorias sejam orientadas para o conhecimento dessa lei que tanto tem provocado cassações”
  - d) “de utilização de instrumentos legais aptos para fazer cessar atos de campanha de adversários”
  - e) “de como articular as redes de entidades e movimentos sociais denominadas COMITÊS 9.840”

6. Assinale a alternativa em que haja um sinônimo possível para uma das palavras do texto.

- a) trouxe (2º parágrafo) – empregou
- b) eleitoral (2º parágrafo) – eleitoreiro
- c) estudo (3º parágrafo) – análise
- d) manual (4º parágrafo) – livro
- e) aptos (4º parágrafo) – prontos

7. Assinale a alternativa em que a expressão **não** contenha marcas de subjetividade.

- a) informações preciosas (2º parágrafo)
- b) preceitos éticos (4º parágrafo)
- c) gestado “nas ruas”. (5º parágrafo)
- d) contra essa chaga (5º parágrafo)
- e) formas tão aviltantes (7º parágrafo)

8. Assinale a alternativa em que a expressão preposicionada **não** seja exigida por um nome.

- a) sobre a breve história da Lei 9840. (2º parágrafo)
- b) em atos de compra de votos e uso eleitoral da máquina administrativa (2º parágrafo)
- c) Aos eleitores que tenham acesso a este trabalho (3º parágrafo)
- d) para seu estudo (3º parágrafo)
- e) contra a prática de corrupção eleitoral. (4º parágrafo)

9. Analise as afirmações sobre o emprego das preposições no texto.

- I. Em “pelos participantes” (3º parágrafo), a contração de preposição e artigo introduz um agente da passiva.
- II. Em “para os candidatos” (4º parágrafo), a preposição indica o alvo de uma ação.
- III. Em “para o conhecimento dessa lei que tanto tem provocado cassações” (4º parágrafo), a preposição indica finalidade.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a III.
- e) I, II, III.

10. O nexos “mas também” (último período – 5º parágrafo) estabelece relação de

- a) oposição.
- b) concessão.
- c) conclusão.
- d) adição.
- e) explicação.

11. O tempo verbal predominante no texto é

- a) futuro do pretérito do indicativo.
- b) futuro do presente do indicativo.
- c) presente do indicativo.
- d) pretérito imperfeito do subjuntivo.
- e) pretérito perfeito do indicativo.

12. No último parágrafo, o advérbio “aqui” tem como referente

- a) “mensagem principal”.
- b) “neste trabalho.”
- c) “Voto não tem preço, tem conseqüências”.
- d) “essa consciência”.
- e) “dentro dos limites das nossas atividades”.

**INSTRUÇÃO: AS QUESTÕES A SEGUIR REFEREM-SE À REDAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL.**

13. A **circular** é

- a) resumo escrito dos fatos e decisões de uma assembleia, sessão ou reunião para um determinado fim.
- b) correspondência tradicionalmente utilizada por empresas comerciais.
- c) correspondência por meio da qual alguém se dirige a várias repartições ou pessoas.
- d) ficha de registro de reunião.
- e) trabalho cuidadoso e exaustivo sobre determinado assunto.

14. O ato administrativo adicional cujo objetivo é confirmar ou corrigir dados emitidos em documento anterior é

- a) a apostila.
- b) o relatório.
- c) o ofício.
- d) o memorando.
- e) a ata.

15. O **aviso** pode ser uma comunicação

- I. direta.
- II. indireta.
- III. unidirecional.
- IV. multidirecional.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) I, II, III e IV.

## Noções de Informática

Para responder as questões de **informática** considere que os programas mencionados estão com a configuração padrão em português, e que possuem licença de uso, e que o mouse está configurado para destros, e ainda que um clique ou duplo clique correspondem ao botão esquerdo do mouse. Logo, os menus, submenus e teclas de atalho, possuem também a configuração padrão.



16. A tecla de atalho: CTRL+SHIFT+J, no programa Calc BrOffice 3.1, é utilizada para

- a) Justificar um documento
- b) Salvar um documento
- c) Abrir um arquivo
- d) Dividir o documento em colunas
- e) Visualizar tela inteira

17. O botão  do Internet Explorer 8 é chamado de:

- a) Parar
- b) Suspensão
- c) Verificar ortografia
- d) Favoritos
- e) Carregar

18. Assinale a alternativa que contém o nome dos íco-

nes:  e  respectivamente, localizados na barra de ferramentas padrão do programa Writer BrOffice 3.1.

- a) Auto-verificação ortográfica e Localizar e substituir
- b) Auto-verificação ortográfica e Pesquisar
- c) Auto-verificação ortográfica e Localização automática
- d) Ortografia e gramática e Localizar e substituir
- e) Ortografia e gramática e Pesquisar

19. Quais são os nomes dos campos, que poderão ser preenchidos no Outlook Express 6, a fim de enviar uma mensagem(e-mail)?

- a) Para, Ccp e Cci
- b) Para, Ccs e Ccw
- c) Para, Cc e Cco
- d) Para e Ddl
- e) Para e Fdr

20. Os recursos: Mapa do Documento e Miniaturas são visualizados em que menu do Microsoft Word 2007?

- a) Inserir
- b) Exibição
- c) Referências
- d) Correspondências
- e) Layout da Página

## Conhecimentos Específicos

21. As Constituições, conforme o constitucionalista Alexandre de Moraes (*in* Direito Constitucional, 24ª ed., Atlas: São Paulo, 2009, p. 8) podem ser classificadas quanto ao conteúdo, à forma, ao modo de elaboração, à origem, à estabilidade e à extensão e finalidade. Assim, diante desta classificação, assinale a alternativa **correta**, quanto ao modo de elaboração das constituições.

- a) Materiais e formais.
- b) Escritas e não escritas.
- c) Promulgadas e outorgadas.
- d) Analíticas e sintéticas.
- e) Dogmáticas e históricas.

22. Não se constitui(em) órgão(s) da Justiça Eleitoral conforme a Constituição da República Federativa do Brasil:

- a) as Juntas Eleitorais.
- b) os Juízes Eleitorais.
- c) o Tribunal Superior Eleitoral.
- d) os Tribunais Regionais Federais.
- e) os Tribunais Regionais Eleitorais.

23. Conforme o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa **correta**.

- a) Compete privativamente à União legislar sobre proteção ao meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- b) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto.
- c) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- d) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- e) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre trânsito e transporte.

24. Analise os itens a seguir e marque com **V** se a assertiva for **Verdadeira**, e com **F** se for **Falsa**. Ao final, assinale a opção correspondente à sequência **correta** de letras, de cima para baixo.

- ( ) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, e notadamente realizar operação financeira com observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- ( ) Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade em qualquer agente público contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes do Estado de Pernambuco, e notadamente perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação de bem público ou o fornecimento de serviço por preço superior ao valor de mercado.
- ( ) Constitui ato de improbidade administrativa que causa omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, e notadamente celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio de gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei.
- ( ) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de legalidade, imparcialidade, honestidade e lealdade, e notadamente negar publicidade aos atos oficiais.

- a) V, V, F, F
- b) F, V, F, V
- c) F, F, V, V
- d) V, F, F, F
- e) V, V, F, V

25. Conforme salienta a administrativista Sylvia Zannella Di Pietro (*in* Direito Administrativo, 22ª ed., Atlas, São Paulo: 2009, p. 665-668) “com o Estado Moderno e o desenvolvimento da ideia de Estado como pessoa jurídica, este assumiu a propriedade dos bens públicos, em substituição ao príncipe”. Assim, assinale a alternativa **correta**.

- a) Os bens públicos podem se caracterizar como sendo os do domínio privado do Estado, abrangendo os bens de uso comum do povo.
- b) Os bens do domínio público do Estado abrangem os bens dominicais.
- c) Os bens de uso comum do povo constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real.
- d) Os bens dominicais são constituídos como terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento federal, estadual ou municipal.
- e) Os bens de uso especial constituem-se bens públicos.

26. Assinale a alternativa **incorreta**, quanto à classificação dos serviços públicos.

- a) Serviços públicos impróprios são os que não são assumidos nem executados pelo Estado, seja direta ou indiretamente, mas apenas por ele autorizados, regulamentados e fiscalizados.
- b) Quanto à maneira como concorrem para satisfazer ao interesse geral, os serviços podem ser *uti singuli* e *uti universi*.
- c) Quanto ao objeto, os serviços públicos podem ser administrativos, comerciais ou industriais e sociais.
- d) Serviços públicos próprios são os que a Administração Pública executa para atender às suas necessidades internas.
- e) Todas alternativas anteriores estão incorretas.

27. Não é considerada exigência prevista pela Resolução do Tribunal Superior Eleitoral n. 21.538/03, a transferência do eleitor:

- a) a prova de quitação com a Justiça Eleitoral.
- b) a residência mínima de seis meses no novo domicílio eleitoral.
- c) o transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.
- d) recebimento do pedido no cartório eleitoral do novo domicílio no prazo estabelecido pela legislação vigente.
- e) residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.

28. Referente a fatos geradores da inelegibilidade conforme a Lei Complementar 64/90, assinale a alternativa **correta**.

- a) O candidato, partido político ou coligação são parte legítima para denunciar os culpados e promover-lhes a responsabilidade; a nenhum servidor público, inclusive de autarquias, de entidade paraestatal e de sociedade de economia mista será lícito negar ou retardar ato de ofício tendente a esse fim, sob pena de crime funcional.
- b) São inelegíveis nos quatro meses anteriores à eleição, os vereadores que tenham exercido cargo na mesa da câmara municipal.
- c) São inelegíveis para prefeito os membros do ministério público e defensoria pública em exercício na comarca, nos seis meses anteriores ao pleito, sem prejuízo dos vencimentos integrais.
- d) São inelegíveis para vice-prefeito as autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no município, nos seis meses anteriores ao pleito.
- e) Para concorrência a outro cargo, o prefeito deve licenciar-se do respectivo mandato até seis meses antes do pleito.



29. Diante do estabelecimento de normas para as eleições conforme Lei 9.504/97 e posteriores, assinale a alternativa **correta**.

- a) A denominação da coligação poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou número de candidato.
- b) Na formação de coligação, será representada perante a justiça eleitoral por pessoa designada ou por delegados indicados pelos partidos que a compõem, devendo nomear até três delegados perante a junta eleitoral, três delegados perante o tribunal regional eleitoral, três delegados perante o tribunal superior eleitoral.
- c) Entende-se por trucação toda e qualquer junção de registros de áudio ou vídeo que degradar ou ridicularizar candidato, partido político ou coligação, ou que desvirtuar a realidade e beneficiar ou prejudicar qualquer candidato, partido político ou coligação.
- d) Do número de vagas resultante das regras previstas para o registro de candidatos, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.
- e) A justiça eleitoral organizará e publicará, até quarenta e cinco dias antes da eleição, a relação ordenada por partidos, com a lista dos candidatos em ordem numérica, com as três variações de nome correspondentes a cada um, na ordem escolhida pelo candidato, para uso na votação e apuração.

30. A administração pública pode se apresentar através de descentralização e desconcentração. Assim,

- a) desconcentração é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica.
- b) descentralização por colaboração é a que se verifica quando dentro dos quadros da administração, distingue-se claramente o nível de direção do de execução.
- c) das modalidades de descentralização administrativa existem somente as que se classificam por serviços, funcional ou técnica.
- d) descentralização por serviços, funcional ou técnica é a que se verifica quando o poder público cria uma pessoa jurídica de direito público ou privado e a ela atribui a titularidade e a execução de determinado serviço público.
- e) a descentralização política ocorre quando se verifica uma entidade local, geograficamente delimitada, dotada de personalidade jurídica própria, com capacidade genérica.

31. Assinale a alternativa **correta** acerca do Código Civil vigente.

- a) Far-se-á averbação em registro público da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- b) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso. O domicílio do marítimo é o porto em que o navio estiver ancorado.
- c) Não perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- d) Consideram-se imóveis para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.
- e) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária. Contudo, os bens que formam essa universalidade não podem ser objeto de relações jurídicas próprias.

32. Considere as afirmativas que seguem:

- I. São responsáveis pela reparação civil os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.
- II. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- III. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.
- IV. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.

Quais estão **corretas**?

- a) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
- d) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

33. Assinale a alternativa **incorreta** acerca do Código de Processo Civil.

- a) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados.
- b) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública.
- c) Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- d) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
- e) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.

34. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, trata-se do crime de

- a) peculato.
- b) peculato culposo.
- c) apropriação indébita.
- d) concussão.
- e) prevaricação.

35. Acerca da Lei nº 9.296/96 assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal; a prova puder ser feita por outros meios disponíveis; o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
- b) Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.
- c) A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.
- d) Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.
- e) A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal; pelo representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal e pelo defensor do acusado na instrução processual penal.

36. Segundo entendimento do constitucionalista pátrio José Afonso da Silva (*in* Aplicabilidade das normas constitucionais, Revista dos Tribunais, São Paulo: 1982, p. 89-91) o mesmo sugere “tradicional a classificação das normas constitucionais em relação a sua aplicabilidade em normas de eficácia plena, contida e limitada”. Assim, são normas constitucionais:

- I. de eficácia plena aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem, ou têm possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, relativamente aos interesses, comportamentos e situações que o legislador constituinte, direta e normativamente, quis regular.
- II. de eficácia contida são aquelas em que apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, porque somente incidem totalmente sobre esses interesses, após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva a aplicabilidade;
- III. de eficácia limitada, são aquelas que o legislador constituinte regulou suficiente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer;
- IV. de eficácia plena, aquelas que são normas programáticas, por não regularem diretamente interesses ou direitos nela consagrados mas limitarem-se a traçar alguns preceitos a serem cumpridos pelo Poder Público.

Assim, considera(m)-se **correta(s)** apenas

- a) a I.
- b) a II.
- c) a III e a IV.
- d) a I e a III.
- e) a II e a IV.

37. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais, somente **não** caberá recurso quando:

- a) anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais.
- b) denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data*, mandado de injunção ou ação popular.
- c) forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei.
- d) ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.
- e) versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais.

38. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- b) lei ordinária poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União estabelecer normas.
- c) é vedado aos Municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- d) o imposto sobre transmissão ‘causa mortis’ e doação, de quaisquer bens ou direitos, terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- e) o imposto previsto na Constituição Federal, sobre a propriedade de veículos automotores poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.

39. Em relação ao procedimento administrativo do processo judicial previsto no Capítulo V, da Lei nº 8.429/92, assinale a alternativa **correta**.

- a) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) A ação principal, que terá o rito sumaríssimo, será proposta por pessoa jurídica, dentro de sessenta dias da efetivação da medida cautelar.
- c) É permitida a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trate a ação principal.
- d) Recebida a petição inicial, será o réu intimado para apresentar contestação.
- e) Da decisão que receber a petição inicial, caberá apelação.

40. Conforme a Lei Federal 9.784/99 e posteriores, terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que fique como parte ou interessado:

- a) pessoa portadora de doença de Parkinson.
- b) pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.
- c) pessoa portadora de deficiência física ou mental.
- d) pessoa portadora de estados avançados da doença de Paget.
- e) todas alternativas anteriores estão corretas.



41. Assinale a alternativa **correta**.

- a) A rescisão unilateral da concessão de serviço público, antes do prazo estabelecido, é conhecida doutrinariamente sob o nome de reversão.
- b) Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- c) A concessão de serviço público pode ser feita à pessoa física ou jurídica.
- d) A permissão de serviço público só pode ser feita a pessoa física.
- e) A permissão de serviço decorre de acordo de vontades.

42. Em relação às normas eleitorais previstas pelo Tribunal Superior Eleitoral:

- I. o juiz eleitoral poderá determinar a criação de postos de revisão, que funcionarão em datas fixadas no edital a que se refere o art. 63 da Resolução n. 21.538/2003 e em período não inferior a seis horas, sem intervalo, inclusive aos sábados e, se necessário, aos domingos e feriados.
- II. a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a abonar a residência exigida.
- III. a sentença de cancelamento deverá ser específica para cada município abrangido pela revisão e prolatada no prazo máximo de dez dias contados da data do retorno dos autos do Ministério Público, podendo o Tribunal Regional Eleitoral fixar prazo inferior.

Diante dos itens acima, está(ão) **correto(s)**

- a) apenas o I.
- b) apenas o II.
- c) apenas o III.
- d) apenas o II e o III.
- e) I, II e III

43. Dos partidos políticos, conforme o que dispõe a Lei 9.096/95 e posteriores, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O partido com registro no Tribunal Superior Eleitoral pode credenciar, respectivamente, delegados perante a Junta Eleitoral, delegados perante o Tribunal Regional Eleitoral, delegados perante o Tribunal Superior Eleitoral.
- b) As alterações programáticas ou estatutárias, após registradas no Ofício Civil competente, devem ser encaminhadas, para o mesmo fim, ao Tribunal Superior Eleitoral.
- c) O partido político, em nível nacional, não sofrerá a suspensão das cotas do Fundo Partidário, nem qualquer outra punição como consequência de atos praticados por órgãos regionais ou municipais.

d) O novo estatuto ou instrumento de incorporação deve ser levado a registro e averbado, respectivamente, no Ofício Civil e no Tribunal Superior Eleitoral.

e) Não estão sujeitos ao regime da Lei 8.666, de 21/6/1993.

44. Referente à propaganda eleitoral, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Ficam vedadas quaisquer doações em dinheiro, bem como de troféus, prêmios, ajudas de qualquer espécie feitas por candidato, entre o registro e a eleição, a pessoas físicas ou jurídicas.
- b) É considerado gasto eleitoral, sujeito a registro e aos limites fixados na Lei, a realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura.
- c) A realização de comícios e a utilização de aparelhagem de sonorização fixa são permitidas no horário compreendido entre as 10 (dez) e as 24 (vinte e quatro) horas.
- d) É proibida a realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artista com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.
- e) A partir do resultado da convenção, é vedado, ainda, às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção.

45. Na Administração Pública indireta, na Constituição Federal, é **correto** afirmar que

- a) não se encontra na redação do 'caput' do Art. 37 da CF/88.
- b) constituem-se como tal, apenas as entidades paraestatais.
- c) não há mais dúvida de que as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público integram a Administração Indireta.
- d) os consórcios públicos são os únicos que são constituídos na Administração Indireta, no direito positivo brasileiro.
- e) autarquias, fundações e consórcios públicos são pessoas jurídicas somente de direito privado.

46. Assinale a alternativa **incorreta** acerca dos contratos previstos no Código Civil.

- a) Nos contratos de compra e venda não podem ser comprados, ainda que em hasta pública, sob pena de nulidade pelos servidores públicos, em geral, os bens ou direitos da pessoa jurídica a que servirem, ou que estejam sob sua administração direta ou indireta.
- b) No seguro de pessoas, a apólice ou o bilhete não podem ser ao portador.
- c) No contrato de comodato o comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.
- d) No contrato de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo, subscrito por três testemunhas e registrado em Cartório.
- e) O contrato de prestação de serviço acaba com a morte de qualquer das partes. Termina, ainda, pelo escoamento do prazo, pela conclusão da obra, pela rescisão do contrato mediante aviso prévio, por inadimplemento de qualquer das partes ou pela impossibilidade da continuação do contrato, motivada por força maior.

47. No que tange ao Código de Processo Civil assinale a afirmativa **correta**.

- a) Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum as partes, o objeto ou a causa de pedir.
- b) Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e ao objeto, mas a causa de pedir de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- c) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar.
- d) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- e) A competência em razão da matéria é inderrogável por convenção das partes; mas estas podem modificar a competência em razão do valor, do território e da hierarquia, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.

48. Observe as afirmações que seguem.

- I. O juiz indeferirá a inquirição de testemunhas sobre fatos já provados por documento ou confissão da parte e que só por documento ou por exame pericial puderem ser provados.
- II. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas. É impedido o cônjuge, bem como o ascendente e o descendente em qualquer grau, ou colateral, até o terceiro grau, de alguma das partes, por consangüinidade ou afinidade, salvo se o exigir o interesse público, ou, tratando-se de causa relativa ao estado da pessoa, não se puder obter de outro modo a prova, que o juiz reputar necessária ao julgamento do mérito.
- III. Depois de apresentado o rol, de que trata o artigo antecedente, a parte pode substituir a testemunha que falecer.
- IV. Incumbe às partes, dentro em 5 (cinco) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito indicar o assistente técnico e apresentar quesitos.

Quais estão **corretas**?

- a) Apenas a I e a II.
- b) Apenas a II e a III.
- c) Apenas a III e a IV.
- d) Apenas a II e a IV.
- e) Todas.

49. Falsificar, fabricando-os ou alterando-o talão, recibo, guia, alvará ou qualquer outro documento relativo a arrecadação de rendas públicas ou a depósito ou caução por que o poder público seja responsável, trata-se do crime de

- a) Falsificação do selo ou sinal público.
- b) Falsificação de papéis públicos.
- c) Falsificação de documento público.
- d) Falsificação de documento particular.
- e) Falsidade material de atestado ou certidão.

50. No que tange a Lei nº 9.099/95, considere as afirmações que seguem.

- I. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- II. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- III. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença recorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.
- IV. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta. Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até um terço.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I e a II.
- b) Apenas a I, a II e a III.
- c) Apenas a II e a IV.
- d) Apenas a III e a IV.
- e) Todas.

## Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

51. Das Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais, assinale a alternativa **incorreta**.
- a) Num processo disciplinar, a sindicância poderá resultar: arquivamento do processo, aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 dias, instauração de processo disciplinar.
  - b) O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.
  - c) A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.
  - d) No prazo de 15 dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.
  - e) O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.
52. Do regime disciplinar, conforme a Lei 8.112/90, assinale a alternativa **correta**.
- a) A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.
  - b) O servidor responde somente administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
  - c) As sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
  - d) São penalidades disciplinares: a censura, a repreensão, a multa, a exoneração e a cassação.
  - e) O ato de imposição da penalidade mencionará sempre apenas o fundamento legal.
53. Assinale a alternativa **incorreta**, porquanto tal disposição contraria a Lei 8.112/90, quanto à forma de provimento:
- a) Readaptação.
  - b) Transferência.
  - c) Reversão.
  - d) Reintegração.
  - e) Recondução.
54. Assinale a alternativa **correta**.
- a) Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo disciplinar.
  - b) A revisão de processo disciplinar correrá em autos apartados ao processo originário.
  - c) A comissão revisora do processo disciplinar terá 90 dias para a conclusão dos trabalhos.
  - d) O prazo do julgamento da revisão do processo será de 30 dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.
  - e) Da revisão do processo poderá resultar agravamento de penalidade.
55. Dos direitos e vantagens asseguradas ao servidor público, conforme a Lei 8.112/90, assinale a alternativa **correta**.
- a) Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
  - b) Vencimento é a remuneração do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
  - c) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de noventa (90) dias.
  - d) O vencimento, a remuneração e o provento poderão ser objeto de arresto, seqüestro, confisco ou penhora.
  - e) O auxílio-moradia não será concedido por prazo superior a 8 (oito) anos dentro de cada período de 12 (doze) anos.
- ### Regimento Interno do TRE - PE
56. **Não** é considerado feriado no Tribunal Regional Eleitoral, em Pernambuco, **exceto** outros fixados em lei:
- a) primeiro de maio, vinte e quatro de junho e oito de dezembro.
  - b) onze de agosto, doze de outubro, quinze de novembro.
  - c) sete de janeiro, seis de março e dezesseis de julho.
  - d) vinte e oito de outubro, primeiro e dois de novembro.
  - e) todas alternativas são consideradas feriados.

57. Sobre o Regimento Interno do TRE-PE, analise os itens a seguir e marque com um **V**, se a assertiva for **Verdadeira**, e com **F** se for **Falsa**. Ao final, assinale a opção correspondente à sequência **correta** de letras, de cima para baixo.

- ( ) Qualquer partido político, coligação, candidato ou o Ministério Público Eleitoral poderá representar ao corregedor regional eleitoral, relatando fatos e indicado provas, indícios e circunstâncias, pedindo a abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico ou do poder de autoridade, utilização indevida veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o rito do art. 22 da Lei Complementar nº 64/90 e demais disposições da legislação pertinente.
- ( ) Caberá ao Tribunal o julgamento da ação de impugnação de mandato eletivo nas eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador.
- ( ) O Tribunal concederá mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável a organização e o exercícios dos direitos políticos, principalmente os de votar e ser votado.
- ( ) Os autos de processos que tramitam em segredo de justiça podem ser examinados, em secretaria, por qualquer interessado.

- a) F, V, V, F
- b) V, F, F, V
- c) F, V, F, V
- d) V, F, V, F
- e) V, V, F, F

58. Conforme o Regimento Interno do TRE-PE, o Tribunal solicitará ao Tribunal de Justiça, no ano que em houver eleições, a suspensão de afastamentos e gozo de férias dos juízes com jurisdição eleitoral a partir de \_\_\_\_\_ dias antes do pleito até: a) a diplomação dos eleitos, quando as eleições forem \_\_\_\_\_; b) dez dias após o encerramento da apuração, quando as eleições forem \_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que preenche a alternativa que preenche **correta** e respectivamente as lacunas.

- a) 100 – municipais – gerais
- b) 120 – gerais – municipais
- c) 140 – gerais – municipais
- d) 160 – municipais – gerais
- e) 180 – municipais - gerais

59. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Caberá agravo regimental, com efeito suspensivo, contra qualquer decisão do presidente, do corregedor ou do relator, no prazo de vinte e quatro horas.
- b) Os embargos de declaração serão opostos dentro de três dias, contados da data da publicação do acórdão, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto obscuro, contraditório ou omissos.
- c) Caberá recurso especial para o tribunal superior eleitoral quando versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diploma nas eleições federais e estaduais.
- d) Caberá recurso ordinário quando ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.
- e) Das decisões finais condenatórias ou absolutórias, caberá no prazo de quinze dias recurso ao tribunal, aplicando-se o procedimento para o julgamento de apelação criminal.

60. Não constitui-se competência do Presidente da Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco:

- a) rubricar os livros necessários ao expediente do Tribunal.
- b) constituir comissões permanentes ou temporárias, inclusive processantes, que não dependam de deliberação do Tribunal.
- c) presidir a comissão apuradora e totalizadora nas eleições gerais.
- d) encaminhar a prestação de contas do Tribunal de Contas da União.
- e) autorizar a prestação de serviços extraordinários.

# Instruções para a Prova Discursiva

## PROPOSTA

Redija um texto dissertativo apresentando argumentos que demonstrem sua posição quanto ao tema sugerido, qual seja:

A filiação partidária no direito eleitoral

A Prova Discursiva deve versar sobre aspectos do direito eleitoral, buscando:

- a) informações literais e inferências possíveis; ponto de vista do candidato.
- b) utilização e emprego da legislação correspondente à questão sugerida.

## INSTRUÇÕES

Para concorrer à totalidade da nota, seu texto deverá

- a) ser dissertativo;
- b) ter um título;
- c) ter no máximo 30 linhas;
- d) demonstrar conhecimento do tema;
- e) demonstrar capacidade de expressão na modalidade escrita;
- f) utilizar as normas do registro formal culto da Língua Portuguesa;
- g) ser escrito a caneta, com letra legível de tamanho regular.

Seu texto receberá nota **zero** se

- a) não obedecer ao tipo de texto proposto;
- b) fugir ao tema;
- c) não obedecer ao limite de linhas;
- d) estiver a lápis;
- e) tiver algum sinal que possa identificar o candidato.



[illegible]



